



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA**  
Coordenação Jurídica  
Unidade de Litígios Imobiliários

Despacho - TERRACAP/DIJUR/COJUR/ULIM

Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2022.

**À COJUR**

Em atenção ao Despacho COJUR 79078755, informa-se a situação dos processos judiciais vinculados as Pastas: 057/2011; 572/2000 e 57592/1989.

Informa-se que não foi localizado nos processos abaixo informados nenhuma decisão determinando bloqueio de matrícula.

**Pasta 057/2011**

**Processo 0073150-93.2010.8.07.0001 (2010.01.1.230803-3)**

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS EMPREENDEDORES DO PARANOÁ E DO ITAPUÃ e ESPÓLIO DE SEBASTIÃO DE SOUZA E SILVA, ajuizaram pedido de Manutenção de Posse c/c Pedido de Liminar em desfavor da TERRACAP e DISTRITO FEDERAL, tendo por objeto a gleba de terras com 13.906,26m<sup>2</sup>, situada às margens da DF 005, Área de Desenvolvimento Econômico, Quadra 03, conjunto C, Paranoá-DF.

Alegam que o Espólio de Sebastião de Souza e Silva é senhor legítimo proprietário da gleba de terras com área com 1.371 ha. 23a48ca, matrícula nº 12.980, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício do Distrito Federal, situada na antiga Fazenda Paranoá e que desta área o Distrito Federal desapropriou, por utilidade pública, em comum, uma área correspondente a 75 hectares, onde aquele ente público implantou a cidade do Paranoá-DF.

A Sentença de ID 47963629 – pág. 58/64, acolheu a preliminar arguida, reconheceu a carência do direito de ação dos autores e declarou extinto o feito, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI, do CPC.

TJDFT manteve a sentença ao desprover a Apelação (Acórdão ID 47963631 - Pág. 56/70). Desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual, teve seu processamento indeferido. O Agravo em Resp não foi conhecido (ID 47963647 - Pág. 32/33). Decisão transitou em julgado em 30/05/2016, conforme certidão de ID 47963647 - Pág. 38.

**Pasta 572/2000**

**Processo 0045675-17.2000.8.07.0001 (2000.01.1.045675-6)**

Trata-se de ação com pedido de proteção possessória, proposto por DEVANIR RIBEIRO TEIXEIRA FILHO, em face do DISTRITO FEDERAL e da TERRACAP, tendo por objeto imóvel denominado de CHÁCARA SHANGRILÁ.

A sentença julgou improcedente o pleito do autor e julgou-se procedente o pedido contraposto formulado pela TERRACAP, para reintegrá-la na posse do imóvel descrito na inicial.

Em sede de Apelação o TJDFT negou provimento ao recurso da TERRACAP e deu parcialmente provimento ao recurso do Autor, para lhe conferir a indenização pelas benfeitorias levadas a efeito no imóvel, assegurando-lhe o direito de permanência no bem até o efetivo pagamento

das mesmas.

Desta decisão a TERRACAP interpôs Embargos Infringentes, o qual foi provido para afastar o direito à indenização ao autor.

Desta decisão foi interposto Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Ambos tiveram seu processamento indeferido. Não foi interposto Agravo, trânsito em julgado em 05/12/2005

**Processo 0049600-58.2009.8.07.0016 (2009.01.1.120720-6)**

Trata-se de EMBARGOS DE TERCEIRO com pedido de tutela antecipada ajuizado por CORÁLIA JUCY MANES TEIXEIRA em desfavor de TERRACAP, em face de decisão proferida em cumprimento de sentença nos autos da Manutenção de Posse nº 2000.01.1.045675-6, tendo por objeto a área denominada como Chácara Shangrilá, nº 1, Núcleo Rural do Torto, Lago Norte, Brasília/DF.

Sentença extinguiu o feito, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI, do CPC.

TJDFT manteve a sentença ao negar provimento a Apelação.

Esta decisão transitou em julgado em 26/07/2013.

**Processo 0091327-42.2009.8.07.0001 (2009.01.1.012256-9)**

Cuida-se de ação de conhecimento, sob rito ordinário, ajuizada por LINDALVA NEVES DE LIMA contra OI/BRASIL TELECOM S/A, discutindo descumprimento contrato adesivo de participação financeira para aquisição de linha telefônica perante à Telebrasília, em que os valores pagos seriam convertidos em ações a serem subscritas em seu nome.

Sentença julgou procedente o pedido deduzido na inicial, com resolução de mérito, nos termos do inciso I do artigo 269 do CPC, para condenar a ré ao cumprimento da obrigação de complementar a subscrição das ações do contrato firmado com a parte autora, com os valores da cotação da data da integralização, que devem ser atualizados pelo INPC desde essa data, e acrescida de juros de 0,5% ao mês até 11 de janeiro de 2003, e de 1% ao mês a partir de então, a serem apurados em liquidação de sentença. Para o cálculo do número de ações deverá ser levado em conta o valor patrimonial de cada ação fixado no mês da integralização, com base no balancete mensal aprovado, a teor do que dispõe a Súmula 371/STJ.

TJDFT deu parcial provimento à Apelação para reformando em parte a respeitável sentença, determinar que no cálculo de eventual conversão da obrigação de subscrição das ações em indenização seja tomado como base o valor da cotação na bolsa de valores da data do trânsito em julgado da decisão, mantendo-se os seus demais termos.

Desta decisão foi interposto Recurso Especial o qual teve seu processamento indeferido. Vindo esta decisão transitar em julgado em 24/03/2014.

**Pasta 57592/1989**

**Processo 0000540-65.1989.8.07.0001 (27462/89)**

TERRACAP ajuizou Ação de Interdito Proibitório em face de TARCÍSIO MARCIO ALONSO, buscando que o requerido se abstenha de praticar qualquer ato que venha a se traduzir em apossamento da gleba objeto da lide, localizada na Fazenda Brejo ou Torto.

A sentença de ID nº 31097267, julgou procedente a ação proposta pela TERRACAP e

improcedente a ação proposta por TARCISIO MARCIO ALONSO, nos autos do Processo nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Não foi interposto recurso, a sentença transitou em julgado em 15/08/1997, conforme certidão de ID 31097270.

Atualmente a TERRACAP tenta reintegrar à área.

TERRACAP foi intimada para apresentar rol de todos os ocupantes da área, com a devida qualificação e indicação do espaço ocupado. E em que pese ela tenha cumprido esta exigência, o processo foi suspenso provisoriamente até o fim do período decretado pelo DISTRITO FEDERAL como de calamidade pública (Decisão de ID 68570079)

#### **Processo 0707199-45.2019.8.07.0018**

Trata-se de Embargos de Terceiros opostos por JOSÉ MARIA MARTINS em desfavor da TERRACAP, em decorrência da expedição de mandado de reintegração de posse nos autos nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Sentença de ID 40303176, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, ante a ausência das condições da ação.

A Apelação não foi conhecida pelo TJDFT (Decisão ID 64237145), desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Agravo em Resp não foi conhecido (ID 64237188 – pag. 03/04). Decisão transitou em julgado em 25/05/2020, conforme certidão de ID 64237188 – pag. 07.

#### **Processo 0024634-78.2016.8.07.0018 (2016.01.1.064779-9)**

Trata-se de embargos de terceiro ajuizado pela ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS QUADRAS 1,2,3 E 4 DO CONDOMÍNIO PRIVE LAGO NORTE II e CONDOMÍNIO PRIVE LAGO NORTE II, em desfavor da TERRACAP, em decorrência da expedição de mandado de reintegração de posse nos autos nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Sentença de ID 34555075 julgou improcedente os pedidos. TJDFT manteve a sentença (Acórdão ID 34554982). Recurso Especial inadmitido. Agravo em Resp não conhecido (Decisão – ID 34555177). Decisão transitou em julgado em 21/02/2019, conforme certidão de ID 34555192.

#### **Processo 0707198-60.2019.8.07.0018**

Trata-se de embargos de terceiros opostos por WILLY VEIGA BEHLING MIRANDA e KARINA WEINGARTNER BEHLING MIRANDA em desfavor da TERRACAP, em decorrência da expedição de mandado de reintegração de posse nos autos nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Sentença de ID 40301441 julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, ante a ausência das condições da ação.

A Apelação não foi conhecida pelo TJDFT (Decisão de ID 88221704), desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Agravo em Resp não foi conhecido (ID 88221741 – pag. 03/04) Decisão transitou em julgado em 18/08/2020, conforme certidão de ID 88221741 – pag. 07.

#### **Processo 0707185-61.2019.8.07.0018**

Trata-se de embargos de terceiros opostos por ALCIMAR MACHADO DOS SANTOS em desfavor da TERRACAP, em decorrência da expedição de mandado de reintegração de posse nos autos

nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Sentença de ID 40416118, julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, ante a ausência das condições da ação.

A Apelação não foi conhecida pelo TJDFT (Decisão ID 70260867), desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Agravo em Resp não foi conhecido (ID 70261206 – Pág. 03/04) Decisão transitou em julgado em 14/08/2020, conforme a Certidão de ID 70261206 – Pág. 07).

#### **Processo 0707179-54.2019.8.07.0018**

Trata-se de embargos de terceiros opostos por JOSÉ MARIA MARTINS em desfavor da TERRACAP, em decorrência da expedição de mandado de reintegração de posse nos autos nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Sentença de ID 40297632 julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, ante a ausência das condições da ação.

A Apelação não foi conhecida pelo TJDFT (Decisão ID 63442467), desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Agravo em Resp não foi conhecido (ID 63442856 – pag. 03/04). Decisão transitou em julgado em 18/05/2020, conforme Certidão de ID 63442856 – pag. 07.

#### **Processo 0707182-09.2019.8.07.0018**

Trata-se de embargos de terceiros opostos por JOSÉ ARISTEU DA SILVEIRA em desfavor da TERRACAP, em decorrência da expedição de mandado de reintegração de posse nos autos nº 000540-65.1989.8.07.0001.

Sentença de ID 40298270 julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, ante a ausência das condições da ação.

A Apelação não foi conhecida pelo TJDFT (Decisão ID 64195338), desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Agravo em Resp não foi conhecido (ID 64197526 – pag. 03/04). Decisão transitou em julgado em 17/04/2020 (ID 64197526 – pag. 07).

#### **Processo 0711750-25.2019.8.07.0000**

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por Condomínio Prive Lago Norte II, objetivando a reforma da r. decisão que, em sede de cumprimento de sentença promovido pela TERRACAP no processo 0000540-65.1989.8.07.0001, em face de Tarcísio Márcio Alonso, não conheceu dos embargos declaratórios opostos pelo ora agravante em face de decisão anterior que determinou o cumprimento de mandado de reintegração de posse, em razão do reconhecimento de sua ilegitimidade ad causam, por se tratar de pessoa estranha ao feito.

TJDFT negou provimento a Agravo (Acórdão – ID11663998) , desta decisão foi interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Agravo em Resp não foi conhecido (ID 16348735 – pag. 03/04). Decisão transitou em julgado em 25/05/2020 (ID 16348735 – pag. 07).

Estas são as informações a cargo dessa Unidade.

À consideração superior.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO MIGUEL SOARES HELOU - Matr.0002640-9, Advogado(a)**, em 03/02/2022, às 09:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **79212488** código CRC= **A38A2DF0**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM BL F ED. SEDE TERRACAP S N - BRASILIA/DF - Bairro ASA NORTE - CEP 70620-000 - DF

---

00600-00012245/2021-44

Doc. SEI/GDF 79212488